

Futuro incerto para a modernização da economia

por Christina Lamb
do Financial Times

A temperatura pode ter caído um pouco no Brasil, mas o futuro do primeiro presidente eleito pelo voto popular em 30 anos ainda está em suspenso. A capacidade do presidente Fernando Collor — descrito como “vítima das suas próprias reformas democráticas”, para conduzir o País para a superação da crise econômica está agora seriamente limitada.

A onda de acusações contra o carismático presidente, de 42 anos, iniciada por seu irmão Pedro em maio, apóia-se num elenco de familiares, amigos e assessores, numa saga real de tráfico de influência tropical e rivalidades intestinas.

Qualquer que seja a verdade a respeito das acusações de que o País está sendo dirigido por uma quadrilha de facínoras, a crise política na oitava maior economia do mundo foi comparada à de 1954, quando acusações de corrupção levaram o presidente Getúlio Vargas ao suicídio.

Eleito sobre uma plataforma política de combate à corrupção, Collor já demitiu diversos ministros corruptos e sua esposa foi obrigada a abandonar o comando de uma organização assistencial do governo em meio a acusações de má administração.

Embora o “Collorgate” quase tenha derrubado o seu governo, as evidências contra o presidente sustentam-se no testemunho de um motorista, numas poucas cópias de cheques depositados na conta de sua secretária e numa conta telefônica mostrando frequentes chamadas a seu escritório por um empresário supostamente corrupto que serviu de tesoureiro em sua campanha eleitoral.

O problema não está confinado ao governo. Funcionários federais estimam que a sonegação fiscal represente 7% do Produto Interno Bruto (PIB).

Os colegas de Collor alegam que a real motivação por trás do Collorgate é a resistência ao programa de modernização do presidente, particularmente o desmantelamento de cartéis e a abertura da economia à competição estrangeira.

A arrogância de Collor (um “outsider” político) no cargo e sua insistência inicial em que poderia governar sem recorrer às tradicionais políticas de trocas de favores políticos ou ao apaziguamento da poderosa comunidade empresarial deixaram-no isolado entre as elites, mesmo que a opinião pública possa estar a seu lado.

Ironicamente, a extensiva liberdade de imprensa trazida pela nova democracia trabalhou contra Collor. “A imprensa não está apenas investigando, mas sim condenando — é uma

caça às bruxas”, irrita-se um ministro. “Em lugar de elogiá-lo como primeiro presidente a permitir investigação policial sobre um ministro, estão usando isso contra ele.”

Enquanto outros líderes latino-americanos dispõem de um estado de partido único, de forte maioria parlamentar ou até mesmo de ditadura para levar adiante suas reformas, o partido de Collor detém apenas 81 dos 508 assentos do Congresso. A política brasileira é tão fragmentada que há dezoito partidos no Congresso. Enquanto se desfazem os partidos comunistas em outros países, no Brasil o terceiro deles foi fundado há pouco.

Incapaz de obter apoio político à importante reforma fiscal, o presidente foi obrigado a depender da política monetária como única arma contra a inflação.

Foi por essa razão que, sob aplausos da opinião pública, Collor demitiu seu ministério em abril apontando políticos bem conhecidos da Frente Liberal (PFL), a quem criticara, como novos ministros.

Um mês mais tarde, as acusações de seu irmão de que o coordenador de sua campanha estava envolvido em corrupção e de que o presidente era viciado em cocaína arremessaram o País de volta à crise. Ela se agravou na semana passada com o surgimento de novos testemunhos.

Hoje o único fator de estabilização é Marcílio Marques Moreira, o moralmente inatacável ministro da Economia de Collor. Apesar de sua popularidade, a capacidade de ação de Moreira está restrita pela paralisia política. Longe de cair, a inflação atolou perto dos 20% mensais.

Moreira descarta os truques mágicos que caracterizaram a condução recente da economia brasileira, insistindo no caminho ortodoxo de reforma fiscal, que no Brasil implicaria revisão constitucional. Porém a aprovação da reforma fiscal pelo Congresso é improvável, devido às eleições municipais marcadas para outubro, e as investigações de corrupção possibilitam desviar a atenção, debilitando o poder de Collor para forçar a aprovação das reformas.

Collor insiste que não renunciará. Mas a oposição não descansa e o futuro dele depende agora do possível surgimento de novas provas nos inquéritos que o Congresso está conduzindo em Brasília. As Forças Armadas afirmaram que não interferirão.

Se o presidente for derrubado, é provável que o programa de reformas desabe com ele. De acordo com a Constituição, Itamar Franco, o vice-presidente, assumiria o governo. Ele é um vigoroso oponente de reformas como a privatização.